

Democracia e lideranças políticas locais: valores e concepções políticas de candidatos a vereadores

Ednaldo Aparecido Ribeiro* e José Onesio Ramos

Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência.
e-mail: ednaldorib@yahoo.com.br

RESUMO. O artigo apresenta resultados de pesquisa realizada junto a um grupo de lideranças políticas, mais precisamente, candidatos a vereadores no último pleito eleitoral. O objetivo da investigação foi identificar alguns valores e atitudes dos pesquisados em relação a temas relevantes para a identificação da cultura política dos mesmos. Através do emprego da técnica de *survey* e de análise quantitativa, concluímos pela existência de um paradoxo preocupante. Por um lado, foram identificadas orientações relativamente favoráveis à democracia na sua dimensão abstrata. Por outro, constatou-se que valores como o elitismo, uma visão hierarquizada na organização social e a negação dos conflitos políticos e sociais estão presentes na cultura política dos entrevistados.

Palavras-chaves: democracia, cultura política, lideranças políticas.

ABSTRACT. Democracy and local political leaderships: values and political conceptions of candidates to municipal legislative positions. The article presents research results gathered from a group of local political leaderships, more precisely, candidates to municipal legislative positions in the last elections. The objective of the investigation was to identify some values and attitudes of the candidates in relation to important themes for the identification of their political culture. Through the survey technique and quantitative analysis, a paradoxical concern ensues. On one hand, they were relatively identified as orientations favorable to abstract democracy on the other hand, it was verified that values as elitism, a hierarchized vision in social organization and the denial the political and social conflicts are present in the political culture of the interviewed.

Keys words: democracy, political culture, political leaderships.

Introdução

As condições necessárias ao desenvolvimento e ao aprofundamento do regime democrático têm ocupado parte significativa da pauta de investigações da Ciência Política contemporânea. Em especial no caso latino americano, discussões interessantes têm sido produzidas sobre os dilemas enfrentados pelas chamadas “jovens democracias”, como a brasileira.

No interior dessa produção, podemos contabilizar um número importante de estudos em nosso país que, concentrando-se sobre o tema da legitimidade, tem discutido a influência de certa herança autoritária sobre nossa cultura política, procurando identificar o seu poder de permanência e os seus efeitos no processo de consolidação do regime.

Tais estudos partem da constatação empírica de que uma cultura política não democrática é historicamente predominante, não apenas no Brasil, mas na maioria dos países da América Latina, somando-se a um conjunto de práticas políticas incompatíveis com o desenvolvimento de poliarquias.

No panorama brasileiro, o autoritarismo persistente na nossa cultura política teria sido

sedimentado no decorrer de períodos históricos que nos precederam, contribuindo para uma formação social que se debate entre sua recusa ou aceitação, o que fica evidente nos impedimentos e nas resistências aos incansáveis esforços para se constituir uma nova sociedade civil democratizada.

Em decorrência dessa herança, um número expressivo de pesquisadores tem apontado que a organização social brasileira traz em si valores arraigados de hierarquia e desigualdade, dando margem à negação da cidadania e à resistência de um padrão de orientações subjetivas pouco favoráveis à consolidação de verdadeiros regimes pluralistas (O'Donnel, 1988; Avritzer, 1995; Carvalho, 1999; Chauí, 2000; Baquero, 2002).

Nesse contexto, é perceptível o hiato existente entre a formalidade das instituições e a incorporação, de fato, da democracia às práticas cotidianas dos atores políticos, o que leva ao entrelaçamento de valores de cunho autoritário, com uma institucionalidade própria de sistemas pluralistas. Os resultados de tal combinação são, por um lado, uma instabilidade política permanente e, de outro, uma

democracia formal que não consegue se efetivar fora dos ambientes estritamente institucionais.

Compondo um círculo vicioso de difícil solução, essa situação acaba comprometendo a legitimidade e a consolidação do regime, à medida que desperta nos cidadãos um forte sentimento de resignação, indiferença e ceticismo em relação à política (Baquero, 2002).

O comprometimento da legitimidade democrática é um fenômeno grave quando o objeto de análise é a população tomada como um todo; entretanto, neste trabalho, queremos destacar que seus resultados podem ser ainda mais significativos quando o grupo investigado é composto por uma elite política cujos membros atuam como operadores da política institucionalizada. Grande parte dessa gravidade decorre do fato de que tais operadores atuam como disseminadores e organizadores dos valores e das percepções políticas dos cidadãos por eles representados.

Tal importância foi destacada por Dahl, (1997) em seu já clássico *Poliarquia*, chegando a considerar a crença e os valores dos chamados ativistas políticos um dos fatores que contribuem para o sucesso ou o fracasso no estabelecimento e na consolidação de sistemas poliárquicos.

Tentando contribuir modestamente para o debate sobre o processo de consolidação democrática em curso em nosso país, o presente trabalho apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida junto a um grupo de lideranças locais concorrentes a cargos eletivos nas eleições municipais de 2005 em Goioerê, no Noroeste do Estado do Paraná, município com, aproximadamente, 30.000 habitantes.

Assumindo as limitações em relação à possibilidade de generalizações a partir do estudo, acreditamos que a identificação da cultura política desse grupo pode contribuir para a compreensão dos problemas que se colocam no horizonte de nossa consolidação democrática no que diz respeito à adesão dos cidadãos aos seus princípios e instituições.

A abordagem culturalista nos estudos sobre a democracia

Apesar de a noção de cultura política ter uma história longa, figurando em obras como *A República* de Platão, *O Espírito das Leis* de Montesquieu e *A Democracia na América* de Tocqueville¹, a primeira tentativa de formulação sistemática de um programa de pesquisas, tendo a cultura política como objeto central, data da década de 1960.

Nesse sentido estrito, o trabalho inaugural foi, sem dúvida alguma, *The Civic Culture*, de G. Almond e S. Verba, que trazia a tese fundamental de que os

valores, os conhecimentos e as crenças políticas dos indivíduos são fundamentais para a configuração de qualquer sistema político (Almond e Verba, 1989).

Essa afirmação básica foi o ponto de partida dos autores para a realização de um estudo que se estendeu por cinco países (Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha e México), com o objetivo de investigar o grau de congruência entre esse conjunto de variáveis subjetivas e o sistema político.

Diante de tal empreendimento, definiram o seu conceito central, cultura política, como "(...) the particular distribution of patterns of orientation toward political objects among the members of the nation (...)", ou seja, um conjunto de orientações políticas subjetivas que poderia explicar a motivação subjacente às ações praticadas pelos atores tendo como referência os objetos políticos, ou seja, a totalidade do sistema político, envolvendo as estruturas de incorporação (*inputs*) e de satisfação (*output*) de demandas individuais e coletivas, bem como o próprio indivíduo em seus papéis e atribuições políticas (Almond e Verba, 1989, p. 14).

A proposta deste trabalho inaugural expressa a emergência de uma preocupação com a incorporação na análise política moderna de elementos que não se referem ao chamado "núcleo duro" da política. Sendo assim, o mérito dessa teoria está em assumir o papel de *connecting link* entre o nível das atitudes e motivações subjetivas individuais e o sistema político em suas diferentes partes, tendo como principal preocupação a identificação de congruências ou incongruências entre essas duas esferas.

Apesar dessa contribuição, não podemos deixar de levantar observações críticas a essa abordagem, em especial pelo seu demasiado *etnocentrismo* na definição do que deveria ser considerado *político* (Inglehart, 1988). Almond e Verba (1989) tomam o modelo anglo-saxão de democracia liberal como o que teria as condições necessárias para o surgimento do modelo de cultura cívica. Ao definir as características subjetivas de cada um dos modelos de cultura política, os autores teriam, por um lado, colocado em posição confortável países como Estados Unidos e Inglaterra e, por outro, condenado países como Alemanha e Itália a uma situação política desfavorável (Rennó, 1998).

O favorecimento em questão é decorrência da adoção de um determinado ponto de vista teórico e metodológico que, partindo de um conceito de política restrito às instituições formais de caráter representativo, restringe o seu campo de visão aos limites das representações culturais compatíveis com a ideologia dominante.

Seguindo o caminho da corrente minimalista da teoria da democracia contemporânea, fundada por Joseph Schumpeter, toda e qualquer manifestação de valores contrários às regras do jogo político liberal

¹Uma revisão interessante de tais antecedentes teóricos pode ser encontrada em Almond (1989).

hegemônico no ocidente são interpretadas como incongruentes com a democracia em sua totalidade. Em síntese, essa abordagem, tomando o *político* como um dado inquestionável, fecha os olhos para o fato de que existem diferentes concepções sobre o que seria ou não a dimensão política da ação humana em conflito (Alvarez *et al.*, 2000).

Após um momento de reflexão crítica e rompendo com esses limites iniciais, os estudos nessa área foram continuados por uma série de pesquisadores espalhados por diferentes países e, atualmente, passam por um momento de intensa produção. Essa retomada tem ocorrido também no Brasil, onde vários pesquisadores têm se dedicado à investigações sobre o caráter da cultura política nacional, relacionando-a sempre com a possibilidade de fortalecimento do regime democrático recentemente implantado no país (Lamounier, 1991; Sales, 1994; Moisés, 1995; Carvalho, 1999).

Dentre as iniciativas de continuidade em nível internacional, são particularmente interessantes para os argumentos aqui desenvolvidos as contribuições de Robert Dahl ao tema, presentes em seu já clássico *Poliarquia*.

Ao estudar os fundamentos do regime democrático, esse autor aponta a crença das lideranças políticas, como um dos fatores fundamentais para a formação e a sustentação desse ou de qualquer sistema. Nas suas próprias palavras, "... as crenças dos ativistas políticos são um estágio decisivo nos complexos processos pelos quais as seqüências históricas ou as clivagens subculturais, por exemplo, são convertidas em sustentação de um tipo ou outro de regime" (Dahl, 1997, p. 127).

Devemos identificar, antes de tudo, os pontos de aproximação e de distanciamento entre a proposta de Dahl e aquela que denominamos de pioneira. Primeiramente, como o próprio pesquisador norte-americano explicita, ele utiliza o termo crença em um sentido bastante amplo. Se Almond e Verba distinguem as diferentes naturezas de orientações subjetivas, como cognitivas, afetivas e avaliativas, para esse autor todas essas categorias são entendidas como crenças. Tal generalização é justificada pelo argumento de que "em política, o conhecimento de uma pessoa é, freqüentemente, a descrença de outra" (Dahl, 1997, p. 128).

Dahl também não toma como ponto de partida para o estudo das crenças políticas a totalidade de uma nação, tal como no estudo original da década de 60, mas apenas os ativistas e os líderes políticos. A fim de destacar a importância dessas variáveis para o funcionamento de poliarquias, aponta tipos de crenças que são fundamentais para um sistema baseado na contestação e na participação.

Essa questão da causalidade, ou seja, a capacidade explicativa da variável crença na possibilidade ou não

do desenvolvimento de poliarquias, é algo destacado pelo autor logo no início do capítulo em que se propõe discutir o tema. Por meio de um diagrama, expõe graficamente que crenças políticas têm por consequência ações políticas compatíveis, porém essas ações apenas podem afetar a probabilidade de existência de um regime ou de outro (Dahl, 1997, p. 127).

Temos então, a relação causal, que não pode ser entendida como absoluta, pois, como aponta o próprio autor, "(...) as asserções sobre o impacto das crenças no caráter de um regime devem ser tratadas como hipóteses que ainda não podem ser testadas satisfatoriamente com base em dados relevantes e confiáveis (...)" (Dahl, 1997, p. 131). Ainda assim, a importância de tais crenças congruentes com o regime poliárquico não pode ser negligenciada.

A primeira delas é a crença na legitimidade da poliarquia, ou seja, é necessário que uma parcela significativa da população acredite que um regime que se fundamenta na contestação pública e na participação é o que melhor pode contribuir para a satisfação dos interesses coletivos.

É também essencial à poliarquia que os indivíduos desenvolvam crenças adequadas quanto às autoridades e ao padrão de relação que devem ser estabelecidas entre governantes e governados. Se a maioria da população de um país acreditar que a relação política adequada é aquela pautada pela hierarquia e verticalidade, dificilmente um regime caracterizado pela contestação e participação poderá se estabelecer no seu território.

Também é fundamental que os ativistas acreditem na eficácia do regime e na resolução dos problemas que afligem a nação. Essa crença, entretanto, pode ser alterada pela performance das instituições, tal como apontam experiências na França e na Índia, onde ceticismo e desconfiança por parte da população foram substituídos por sentimentos favoráveis, graças a ações bem executadas pelo poder público.

No entanto, como destaca Dahl, crença alguma é tão essencial para a poliarquia quanto a confiança. Isso porque esse regime se fundamenta em um canal de comunicação ininterrupto entre os seus participantes, algo que só pode existir entre pessoas que têm como base de suas relações a confiança mútua. Para que existam as organizações e as associações, instituições imprescindíveis, faz-se necessário, também, um sentimento disseminado de confiança entre a população.

A falta de confiança, entretanto, causa seus maiores danos no que se refere à possibilidade de institucionalização do conflito. É importante que os vários grupos que lutam por poder na poliarquia se entendam como adversários e não como inimigos, ou seja, é preciso que um mínimo de confiança exista entre os opositores para que a disputa se mantenha

dentro de regras definidas.

O tema da aquisição dessas crenças é um ponto muito importante nas contribuições de Dahl, que aponta as duas primeiras décadas de vida como período crucial de incorporação. Isso, todavia, não implica uma imutabilidade nos padrões de subjetividade, pois a todo momento os agentes são colocados diante de situações que podem levar ao questionamento de alguns elementos que são, com frequência, substituídos no curto ou médio prazo. Podemos identificar, então, dois momentos de aquisição, um primeiro, que ocorre nas instituições socializadoras por que passamos nos anos iniciais de nossa vida, e outro que ocorre quando perdemos crenças antigas e incorporamos, em seu lugar, outras.

Esse segundo momento de aquisição é algo bastante explorado pelo autor. De acordo com suas pesquisas, para que uma determinada crença seja adquirida, algumas condições precisam ser satisfeitas.

Primeiramente, o que é bastante óbvio, é necessário que o indivíduo seja exposto a essa nova idéia durante um período relativamente longo, uma vez que a assimilação de valores é algo que não ocorre de forma instantânea. O prestígio de quem veicula essa nova idéia é também muito importante para a sua assimilação pelas demais pessoas, sendo muito mais fácil acreditarmos nas palavras de alguém que goza de uma boa reputação ou de sucesso, do que em alguém que mal conhecemos. Por fim, essas novas idéias devem ter coerência, tanto com as crenças anteriores, quanto com as práticas dos indivíduos.

Apesar de não ser um pesquisador conhecido como culturalista, Dahl demonstra uma sensível preocupação com os mesmos elementos destacados pelos estudos sobre cultura política que se desenvolveram a partir de *The Civic Culture* e acrescenta a esse campo de pesquisas uma consideração importante para com as elites políticas.

Para a pesquisa cujos resultados ora apresentamos, tal incorporação é de fundamental importância, pois fundamenta a seleção de um grupo de elites ou ativistas políticos como alvo de interesse na análise de crenças e de valores.

Adesão aos valores e instituições democráticas

O estudo foi desenvolvido tendo como população os candidatos ao cargo de vereador nas últimas eleições legislativas do município de Goioerê, situado na região Noroeste do Estado do Paraná. Ao todo, foram ouvidas 69 pessoas².

²Em virtude de os investigados comporem a totalidade do grupo, não foi necessário o emprego de técnicas de amostragem. A listagem completa dos candidatos obtida junto à Justiça Eleitoral continha 74 candidatos a vereadores, entretanto, no decorrer da pesquisa, 2 deles desistiram da candidatura e outros 3, por motivos diversos, não puderam ser entrevistados.

Os dados que apresentamos foram coletados por meio da técnica de questionário padronizado (tipo *survey*), composto de questões fechadas, em sua maioria com respostas formando escalas de *Likert*. No total, o instrumento possui 26 questões, muitas delas matriciais (o que multiplica o número original). Os procedimentos estatísticos utilizados na análise serão detalhados no momento em que forem empregados.

Iniciamos a apresentação dos dados com uma caracterização quantitativa da população pesquisada. Em conformidade com os dados nacionais, verificou-se um número reduzido de mulheres entre o grupo (27,5%), o que demonstra a dificuldade que elas enfrentam para consolidar seu espaço na vida política nacional.

Esse quadro de desigualdade já foi identificado em nível nacional por Fleischer (2002: 87), que apresenta informações sobre o desempenho das mulheres em diferentes regiões do país, nos pleitos de 1996 e 2000 para o cargo de prefeita. Segundo o autor, em "2000, as mulheres conquistaram uma proporção ligeiramente maior de prefeituras do que em 1996 (5,7% contra 5,5%) (...). Porém, não sustentaram os ganhos obtidos em 1996 na região Norte (20,5%), onde, somente 7,6% dessas prefeituras foram ocupadas por mulheres em 2000. A região Nordeste também apresentou uma queda, embora bem menor, mas, apresentou a maior proporção de prefeitas eleitas em 2000 - a mesma região com o maiores índices de reeleição, (...). A proporção de prefeitas eleitas em 2000 foi maior que em 1996 nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, mas diminuiu no Sul".

No que se refere à participação das mulheres na disputa pela vaga de vereadora, Fleischer (2002: 87) demonstra que "apesar da disponibilidade de uma cota maior em 2000 nas listas proporcionais dos partidos para vereador (30% em 2000 e 20% em 1996) a proporção de vereadoras eleitas foi quase a mesma: de 11,2% em 1996 para 11,6% em 2000 (...). Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste as proporções foram quase as mesmas, tendo aumentado um pouco mais no Sudeste e Sul".

Quanto ao grau de escolarização dos entrevistados verificamos uma distribuição relativamente próxima entre os diferentes níveis, pois 40,6% declaram possuir até o ensino fundamental completo, 33,3% o ensino médio incompleto ou completo e 26,11% entre o ensino superior incompleto e a pós-graduação completa.

A primeira informação importante para a identificação do perfil político do grupo pode ser obtida através da análise do grau de ativismo, verificado por meio do questionamento sobre a participação dos entrevistados em outras organizações de caráter político, além dos partidos

aos quais estão filiados. Esse dado nos fornece um indício sobre a trajetória política dos candidatos e permite verificar em que medida a sua candidatura é resultado de um envolvimento prévio em instituições políticas intermediárias, como associações de moradores, sindicatos, entidades de classe, organizações não-governamentais, movimentos políticos, dentre outros.

Verificamos que menos da metade dos candidatos (46,4%) declararam algum vínculo com outra organização, o que subsidia a interpretação de que a candidatura da maioria dos pesquisados é o primeiro envolvimento com atividades políticas. É importante destacar que esse dado não pode servir para a formulação de conclusões acerca da falta de experiência política dos indivíduos, uma vez que, em municípios pequenos, tais como a localidade onde a pesquisa foi desenvolvida, as atividades políticas nem sempre ocorrem em espaços institucionalizados como os listados no parágrafo anterior. Não podemos, entretanto, afastar completamente a possibilidade de que se desenvolva um processo de recrutamento de indivíduos sem envolvimento político com o único objetivo de compor um quadro de candidatos numeroso visando à obtenção de mais votos para a legenda.

Ainda sobre esse tema, é interessante notar a existência de uma correlação³ positiva (0,28) entre o grau de escolaridade e a participação política, indicando que o grau de envolvimento com outras instituições é maior à medida que o nível de escolarização do entrevistado se eleva. Utilizando um modelo de regressão logística binária, verificamos que cada nível de escolaridade a mais eleva em 31,2% a chance de o indivíduo possuir algum tipo de envolvimento político, além daquele que possui com o partido. Essa relação é recorrente em vários estudos sobre comportamento e atitudes políticas, como o desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre a democracia na América Latina (2004). Moisés (1995), também apresentando dados sobre pesquisa nacional, demonstra que a escolaridade é uma variável relevante para uma série de questões referentes ao comportamento político dos atores sociais.

Parece-nos igualmente importante para essa caracterização identificar o interesse dos entrevistados para com as informações políticas transmitidas em diferentes veículos de comunicação de massa. A busca por informações desta natureza pode ser identificada como um importante fator de

sofisticação ou interesse pelos assuntos políticos, fundamental na definição de uma cultura cívica favorável ao desenvolvimento democrático, sobretudo quando se trata da análise dos valores e das atitudes políticas de lideranças.

Desse modo, perguntamos aos candidatos sobre a frequência com que costumavam buscar informações políticas em jornais ou revistas, no rádio e na televisão. Como os dados abaixo revelam (Tabela 1), os entrevistados apresentaram um interesse relativamente alto, em especial quando comparamos os percentuais encontrados com números nacionais e internacionais, que atestam, em geral, uma apatia em relação aos assuntos de natureza política.

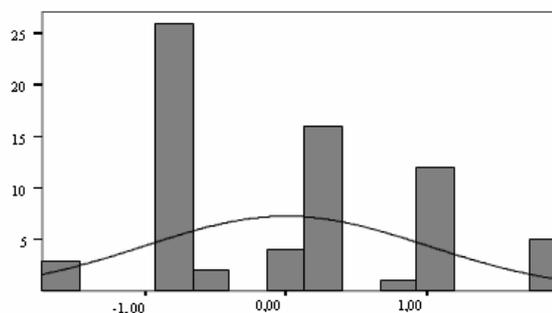
Tabela 1. Interesse por informação política.

Meio de comunicação	Frequência (%)		
	Só de vez em quando	Pelo menos uma vez por semana	Diariamente
Jornal Impresso ou revistas	30,4	27,5	42,0
Rádio	39,1	5,8	55,1
Televisão	26,1	14,5	59,4

Fonte: Grupo de Pesquisas "Cultura Política e Democracia", UEM.

Após a apresentação dessas informações gerais sobre o perfil político dos entrevistados, partimos agora para a exposição dos dados referentes aos seus valores em relação à democracia e suas instituições.

O primeiro tema abordado é o da *avaliação sobre a democracia*. Na análise dessa questão, foi utilizada a técnica multivariada de componentes principais⁴ para a construção de um fator que indicasse numericamente a posição dos pesquisados em relação a essa forma de governo, a partir das seguintes questões: 1) O Brasil já é uma democracia? (não e sim); 2) Qual o seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil? (nada satisfeito, pouco satisfeito, satisfeito e muito satisfeito). Representamos abaixo o resultado desse procedimento (Figura 1).



³Utilizamos o coeficiente de correlação linear, que mede a intensidade da relação linear entre valores quantitativos emparelhados como x e y . Neste trabalho os coeficientes de correlação serão interpretados da seguinte maneira: <0,24 (não-significativa), de 0,24 a 0,30 (fraca), de 0,31 a 0,50 (moderada) e >0,50 (forte).

⁴É preciso destacar que tal procedimento é heterodoxo, pois viola um dos princípios da referida técnica, uma vez que as variáveis utilizadas não são quantitativas contínuas, mas categóricas. Acreditamos que tal procedimento possa ser adotado uma vez que, mesmo sendo categórica, a escala utilizada na variável indica uma ordenação de valores que partem do 0 (só de vez em quando) até o 3 (diariamente).

Figura 1. Fator de avaliação sobre a democracia no Brasil.

Como é possível verificar, existe uma tendência de concentração do grupo na área com valores baixos ou negativos do fator, o que indica uma avaliação pessimista sobre a democracia no Brasil.

Tal posicionamento acompanha uma tendência nacional, como confirma o jornal Folha de São Paulo, na sua edição de 28/10/05. A partir de dados do Latinobarômetro, o jornal apresenta dados indicando que somente 37% dos brasileiros ouvidos concordam com a afirmação de que "a democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo".

O mesmo quadro se apresenta quando a fonte dos dados é o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), pois verificou-se, em levantamento realizado em 2002, que 62,4% dos brasileiros estão pouco ou nada satisfeitos com o funcionamento da democracia no Brasil (Paiva *et al.*, 2004).

O resultado, entretanto, precisa ser contrastado com a posição dos candidatos no que diz respeito à preferência pelo regime democrático em oposição ao autoritarismo. Nesse caso, encontramos uma maioria significativa (83,8%) afirmando que "a democracia é sempre preferível em relação a regimes autoritários". Aqui também se verifica a existência de uma correlação positiva (0,26) entre a adesão dos indivíduos e a sua escolaridade.

A diferença verificada entre essas duas ordens de dados não deve ser interpretada apressadamente como sinal de contradição ou idiossincrasia, pois se referem a níveis diferentes da cultura política.

A avaliação diz respeito a uma conclusão conjuntural do indivíduo, fruto de sua percepção acerca de acontecimentos concretos mais ou menos recentes. Easton (1968) define esse nível como apoio específico, por se referir a valores e a atitudes relativos especificamente aos funcionamento circunstancial das instituições políticas de uma sistema.

Baixos níveis de apoio específico, apesar de serem potencialmente negativos para a consolidação e o aprofundamento de democracias, não devem ser interpretados como sinais de crise eminente. Uma espécie de reservatório de legitimidade, que o autor anteriormente citado classifica como apoio difuso, pode persistir, apesar de sucessivas avaliações conjunturais negativas. Essa adesão mais abstrata, construída ao longo de um processo de socialização longo, é uma camada mais profunda dos valores políticos que possui um poder de permanência significativo.

É claro que esse reservatório de legitimidade não é infinito, de modo que a repetição contínua de avaliações negativas pode reduzir gradual e perigosamente a adesão abstrata dos cidadãos em relação à democracia.

Em algumas circunstâncias, entretanto, uma avaliação conjuntural negativa acerca de um regime democrático pode indicar um desejo de aprofundamento de suas características, como aponta Ribeiro (2002). Nesses casos, a crítica à realidade concreta pode refletir uma adesão ainda mais profunda a um ideal de democracia abstrato e não uma crise de legitimidade. É claro que essa interpretação depende da análise de outras dimensões da cultura política do grupo investigado, o que faremos no decorrer do trabalho.

Tratando de aprofundar o tema da adesão, solicitamos aos candidatos a vereadores que manifestassem o seu grau de concordância em relação à afirmação: "a democracia pode ter seus problemas, mas ainda é a melhor forma de governo". Obtivemos aqui também uma posição majoritariamente democrática, posto que 82,6% escolheram a opção "concordo" e 4,3% "concordo muito".

Quadro similar foi verificado quando tratamos de constatar a existência entre o grupo do que se convencionou chamar de "nostalgia da ditadura", ou seja, um sentimento de saudosismo em relação à forma de governo não-democrática que vigorou em nosso país, na sua mais recente edição, entre as décadas de 60 e 70. Diante da afirmação "na época em que os militares estavam no poder, as coisas eram melhores", 68,1% dos entrevistados disseram discordar ou discordar muito. Essa rejeição é maior do que a verificada por Moisés (1995) junto à população brasileira como um todo na década de 90.

Como estratégia de verificação da consistência dessa adesão, submetemos à avaliação do grupo pesquisado algumas afirmações que relacionam o sistema democrático ao desempenho econômico nacional.

É importante destacar que a relação entre essa forma de governo e o desempenho econômico tem sido objeto de várias análises no interior da ciência política contemporânea (Lipset, 1994), que, de uma maneira geral, indicam que, quanto mais um sistema é competente para garantir desenvolvimento e bem-estar econômico, maior será a probabilidade de os seus cidadãos desenvolverem uma cultura cívica de apoio (Baquero, 2002).

Diante de um quadro econômico e social produtor de desigualdades e pobreza, como o brasileiro, seria de se esperar que uma avaliação negativa nesses campos se revertesse em déficits de legitimidade democrática.

Para verificar a validade dessa suposição, solicitamos aos candidatos que manifestassem o seu grau de concordância em relação a seguinte afirmação: "Não me importaria se um governo não democrático chegasse ao poder desde que resolvesse os problemas econômicos". A postura favoravelmente democrática manifesta nos dados anteriormente apresentados é posta

em questão quando os entrevistados são colocados diante de uma escolha hipotética entre democracia e eficiência econômica, pois 58,0% deles declaram concordar com tal afirmação.

Essa posição pode ser entendida como uma crítica à persistente ineficiência de governos democráticos no atendimento de demandas relacionadas com o desenvolvimento econômico, como emprego, nível de consumo, dentre outras. Essa insatisfação, caso se reproduza por longos períodos de tempo, tende a minar a adesão abstrata ao regime.

Um outro conjunto de dados que tem se tornado recorrente nos estudos sobre valores e comportamentos políticos são aqueles que dizem respeito à confiança interpessoal e institucional.

Como aponta Dahl (1997), crença alguma é tão essencial para a poliarquia quanto a confiança. De fato, esse regime se fundamenta em um canal de comunicação ininterrupto entre os seus participantes, algo que só pode existir entre pessoas que têm como base de suas relações a confiança mútua.

A falta de confiança, entretanto, causa seus maiores danos no que se refere à possibilidade de institucionalização do conflito. É importante que os vários grupos que lutam por poder se entendam como adversários e não como inimigos, ou seja, é preciso que um mínimo de confiança exista entre os opositores para que a disputa se mantenha dentro de regras definidas.

Desse modo, podemos afirmar que a confiança seria um importante fator a ser considerado quando se trata de definir o grau de democratização de uma comunidade ou nação. A vida em uma comunidade marcada pela confiança se encontra facilitada, pois os dilemas que envolvem a ação coletiva são minimizados pela crença de que o “outro”, com quem se trava relações, irá respeitar as regras pré-estabelecidas. Ainda que em uma comunidade não-cívica essa confiança também se estabeleça, via coerção do Estado, em comunidades cívicas os recursos são poupados e associações são criadas com menos esforço em virtude da existência de uma rede de confiança (Putnam, 1996).

Nesse sentido, o Brasil se aproximaria do sistema político descrito por Edward Banfield como *familismo amoral*, recorrente nas províncias do sul da Itália, onde o pesadelo hobbesiano da ausência total de cooperação é um dado permanente, tal como destaca Reis (1995).

Nesse padrão de comportamento, os indivíduos, diante dos dilemas que envolvem as ações coletivas, optam por um fechamento para o interior das unidades familiares, negando-se a manter contratos mais duradouros com elementos externos a essa esfera. Os homens, diante da falta de confiança mútua, acabam optando pela realização de seus interesses privados e imediatos, mesmo diante da possibilidade de lucrar muito mais aderindo a um projeto coletivo.

Na América Latina, de uma maneira geral, e especialmente no Brasil, essa opção pelo privatismo é

explicitada com o despontar de inúmeras iniciativas particulares, sobretudo no campo da segurança patrimonial. Incapazes de confiar nos seus pares e também descrentes com relação à ação efetiva dos órgãos oficiais, cada vez mais os indivíduos têm lançado mão de expedientes autônomos que possam salvaguardar seus interesses e de sua família. O resultado dessa situação é mais que evidente, “... a generalização do recurso a meios violentos, e a competição por estes meios, que desmoralizam ainda mais a autoridade pública...” (Reis, 1995, p. 43).

Para analisar esse tema, empregamos a técnica de componente principal, tal como definida anteriormente. O fator de *confiança interpessoal* foi construído a partir do grau de confiança manifesto em relação aos seguintes grupos: 1) parentes, 2) amigos, 3) vizinhos e 4) colegas de trabalho. As opções em todos os itens foram: “confia muito”, “confia”, “confia pouco” e “não confia”.

Como a Figura 2 revela, encontramos uma distribuição relativamente favorável a uma posição de confiança, à medida que se verifica que uma parcela maior dos entrevistados está posicionada em pontos positivos da escala do que denominamos de “fator de confiança interpessoal”. Se comparados com o quadro na América Latina, essa posição do grupo deve ser considerada significativamente positiva, pois, de acordo com Rennó (2001: 39), a partir dos dados do Latinobarômetro (LB) de 1996, “(...) mais de dois terços de todos os latino-americanos não confiam em seus concidadãos”.

As pesquisas do LB realizadas entre 1996 e 2003 mostraram uma notável coerência na taxa agregada de confiança interpessoal nessa região, que flutuou entre 16% e 23%. Na sondagem de 2003, o Uruguai ocupou o primeiro lugar, com 36%, bem acima do Panamá, que ficou em segundo lugar com 25%. Os últimos três colocados foram Chile, com 10%, Paraguai, com 8%, e Brasil, com 4%.

Com efeito, a confiança interpessoal na América Latina é tão baixa que fica consistentemente atrás da confiança no Congresso. As análises alarmistas sobre as instituições políticas da América Latina costumam esquecer esse aspecto contextual fundamental: embora os latino-americanos exibam níveis muito baixos de confiança em seus representantes eleitos, seus índices de confiança interpessoal são ainda menores, ficando em torno apenas da metade da confiança gerada pelos representantes eleitos.

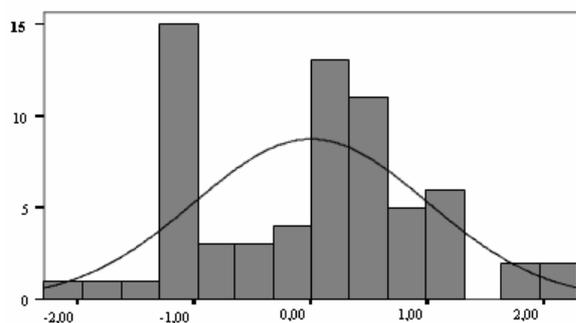


Figura 2. Fator de confiança interpessoal.

O mesmo, entretanto, não ocorre quando o foco é a confiança nas instituições políticas, como é possível verificar abaixo (Figura 3), pois a maioria dos membros do grupo está posicionada na parte negativa da escala. Para compor esse fator, foram usados os graus de confiança manifestos em relação à Câmara e ao Senado (agregadas), ao poder executivo e aos partidos políticos. Merece destaque o baixo nível de confiança na Câmara e no Senado, os quais obtiveram um percentual acumulado de 79,7 pontos entre as opções “não confia” e “confia pouco”. A desconfiança acerca dos partidos políticos também é significativa, com 71% dos entrevistados dizendo confiar pouco ou não confiar.

Essa desconfiança é preocupante, sobretudo porque estamos tratando de um grupo de candidatos a cargos legislativos filiados a agremiações partidárias. Não se trata da visão de um expectador externo e pouco interessado, como a maioria dos cidadãos, mas de indivíduos que atuam no interior das instituições partidárias e conhecem minimamente sua estrutura. É grave que os operadores das instituições democráticas, ainda que em um nível local, não manifestem índices de confiança positivos em relação às instituições das quais fazem parte.

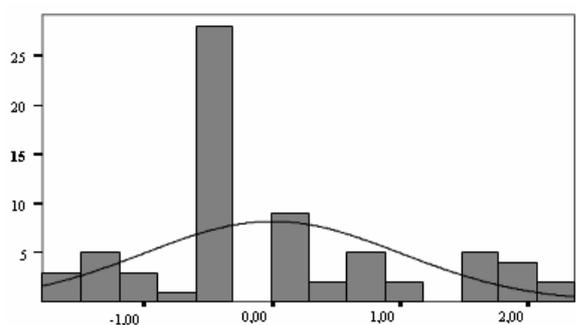


Figura 3. Fator de confiança nas instituições políticas.

É interessante analisar a relação existente entre a confiança institucional e a avaliação da democracia, como uma forma de identificar em que medida a falta de confiança se reflete em uma visão negativa do sistema político vigente no país.

A correlação encontrada entre esses dois fatores foi de 0,34 (moderada), o que indica a existência de uma associação positiva. Aprofundando essa análise, propomos um modelo de regressão logística multinomial⁵ (Tabela 2) envolvendo o fator de confiança institucional e a questão isolada da satisfação com a democracia no Brasil. Constatamos que a elevação de um nível na escala de confiança reduz em 30% as chances de estar entre os que se definem como “nada satisfeito”, em comparação com a probabilidade de estar no grupo de referência do modelo, ou seja, o dos “muito satisfeitos”. O impacto ainda é maior sobre a opção “pouco satisfeito”, pois o incremento de um ponto na escala de confiança institucional reduz em 85,1% a chance de estar nesse grupo, em relação ao grupo de referência.

Tabela 2. Resultados da regressão logística multinomial envolvendo a satisfação com a democracia e a confiança institucional

Satisfação com a democracia	B	S.E.	Df	Sig.	Exp(B)
Nada satisfeito	-2,654	,911	1	,004	,070
Pouco satisfeito	-1,907	,618	1	,002	,149
Satisfeito	-1,626	,635	1	,010	,197

No caso do grupo investigado, podemos afirmar, portanto, que a falta de confiança nas instituições concretas do sistema político está acompanhada de uma avaliação negativa da democracia, o que pode representar uma evidência de que o reservatório de apoio difuso está sendo minado.

Tratando especificamente dos partidos, foi construído um fator de adesão às instituições partidárias, utilizando-se, para tanto, os graus de concordância em relação às seguintes afirmações: 1) mais do que partidos, precisamos é de um líder forte; 2) o país seria melhor apenas com um partido. O objetivo desse procedimento foi retratar a posição do grupo em relação a essa que é uma instituição fundamental em qualquer regime que se pretenda poliárquico. Como a figura abaixo demonstra (Figura 4), existe uma concentração maior dos candidatos na parte negativa da escala, ainda que essa tendência seja sutil. Esse quadro, entretanto, deve ser interpretado à luz do fato de que o grupo em questão é composto por membros ativos dessas agremiações políticas.

⁵Técnica de análise de dados categóricos empregada quando a variável dependente possui mais de duas categorias. No presente caso, a variável “satisfação com a democracia no Brasil”, possui as categorias “nada satisfeito”, “pouco satisfeito”, “satisfeito” e “muito satisfeito”, sendo esta última a escolhida como referência.

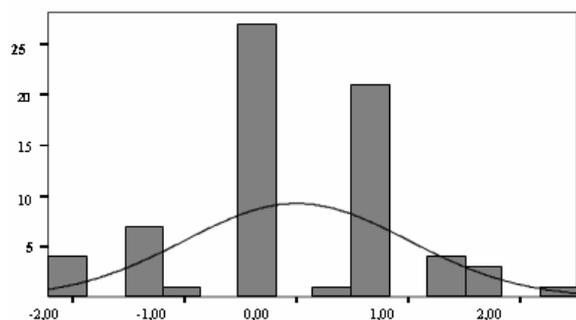


Figura 4. Fator da avaliação sobre os partidos.

A partir dos dados apresentados acima, podemos construir um quadro relativamente contraditório, entretanto recorrente nos estudos sobre cultura política.

Segundo Power e Jamison (2005), a partir do levantamento do Latinobarômetro de 2003, entre a população de 17 países latino-americanos, 69% concordaram com a primeira afirmação que compõe o fator apresentado acima.

Nesse momento, podemos ensaiar uma conclusão provisória que tende ao paradoxo. Por um lado, verificamos que os membros do grupo em questão aderem a uma dimensão abstrata da legitimidade democrática, preferindo tal forma de governo a outras. Por outro, também manifestam baixos índices de apoio específico, o que pode ser verificado pela avaliação negativa do funcionamento concreto da democracia brasileira e pela desconfiança em relação às principais instituições democráticas.

Como já tratamos em momentos anteriores, essa contradição pode ser interpretada de duas maneiras distintas: 1) a redução do apoio específico seria sinal de alerta, pois poderia minar paulatinamente o reservatório do apoio difuso, o que acarretaria problemas de legitimidade da forma de governo; 2) o baixo apoio específico, acompanhado de apoio difuso mediano ou alto, seria a indicação de uma crítica ao modo como a democracia tem sido implementada e da afirmação do desejo de seu aprofundamento, não de sua negação.

Na próxima seção, apresentaremos um novo conjunto de dados que pode contribuir para a afirmação de uma dessas duas interpretações para o caso específico do grupo aqui estudado.

Valores político-sociais

Nesta seção, trazemos a posição dos pesquisados acerca de valores que não podem ser considerados estritamente vinculados à dimensão institucional da democracia, como os analisados na seção anterior.

A preocupação com essa dimensão se justifica diante da noção de democracia aqui adotada como orientação, que se afasta da corrente atualmente

dominante na ciência política: a minimalista. No contexto da *segunda transição* (O'Donnell, 1988), um debate intenso acerca dos conteúdos que essa onda de democratização deveria seguir ocupou (e ainda ocupa) significativamente a pauta de investigações da ciência política, em especial nos estudos sobre a América Latina. A discussão se resumia principalmente às qualidades que tornariam uma forma de governo efetivamente democrática.

De um lado, temos uma concepção inaugurada por Schumpeter (1961), denominada de minimalista, que enfatiza a existência de um procedimento poliárquico, fundamentado na existência de instituições que regulem a competição eleitoral entre os atores políticos e assegurem a livre concorrência pelo poder político.

Seguindo essa mesma direção, autores mais contemporâneos como O'Donnell *et al.* (1986) afirmam que uma democracia está consolidada quando existe um consenso básico acerca das instituições fundamentais dessa forma de governo, como o sufrágio universal, a competição partidária, o reconhecimento das associações, dentre outras.

Em oposição a essa perspectiva, desenvolveu-se, nas últimas décadas, uma interpretação que adota o que podemos chamar de concepção maximalista da democracia, que enfatiza uma noção ampla de cidadania, envolvendo uma extensão das possibilidades da participação que deveria conduzir a uma melhor distribuição dos bens econômicos. Para além da complexa *engenharia institucional*, a igualdade, em uma definição ampla, desponta como elemento relevante para a definição da democracia (Avritzer, 1995; Borón, 1995).

Seguindo essa última perspectiva, ao analisar os valores das lideranças políticas em relação a essa forma de governo não podemos nos limitar à legitimidade das instituições ou da democracia na sua dimensão abstrata, como procedemos na primeira seção do trabalho. Assim sendo, neste momento, discutiremos a posição dos pesquisados em relação a orientações subjetivas que dizem respeito a dimensões não-institucionais, que aqui denominamos de valores e ideais normativos.

Com esse objetivo, o primeiro tema que iremos desenvolver é o do elitismo, ou seja, trataremos de verificar a adesão dos candidatos em relação a uma postura favorável à restrição da atuação política a indivíduos e a grupos dotados de qualidades e de competências específicas e reconhecidas.

Sendo assim, a primeira questão proposta diz respeito à avaliação que fazem da capacidade da população para votar bem e escolher os melhores candidatos para os cargos públicos. Solicitamos que os candidatos manifestassem seu grau de concordância diante da afirmação: *o povo não tem capacidade para votar bem e não sabe escolher os*

melhores candidatos para governar o país. Conforme a Tabela 3 demonstra, mais de 60% do grupo manifestou uma avaliação negativa, corroborando a crença disseminada de que o brasileiro médio não sabe votar.

São interessantes, para entender essa posição, os dados obtidos quando perguntamos sobre a forma predominante de comportamento do eleitorado brasileiro. As opções disponibilizadas foram: 1) *a maioria dos eleitores brasileiros frequentemente vota de forma correta e sábia*; 2) *é muito desinformada para fazer boas escolhas eleitorais*. Nesse caso, os entrevistados manifestaram uma posição majoritariamente negativa (72,5% optaram pela segunda alternativa) o que subsidia a conclusão de que, na opinião deles, a baixa capacidade para bem votar está associada à desinformação do eleitorado.

Tabela 3. Avaliação da capacidade da população para votar “O povo não tem capacidade para votar bem e não sabe escolher os melhores candidatos para governar o país.”

Grau de concordância	Frequência (%)
Discorda muito	1,4
Discorda	37,7
Concorda	58,0
Concorda muito	2,9

Fonte: Grupo de Pesquisas “Cultura Política e Democracia”, UEM.

Com a intenção de aprofundar esse dado, propomos uma questão que avaliasse entre o grupo a aceitação do critério de escolarização mínima para a atribuição de direitos políticos, mais especificamente o direito ao voto. Formulamos, então, a seguinte pergunta: *na sua opinião, apenas os dotados de escolaridade suficiente deveriam poder votar?* Os dados encontrados dessa vez confirmam a conclusão anterior, pois 82,6% concordam com o estabelecimento desse critério.

É possível depreender do conjunto dos dados sobre o tema que o elitismo é um valor presente entre o grupo. Essa posição, ao menos nos marcos teóricos deste trabalho, pode ser interpretada como negativa, à medida que não é compatível com uma visão de sociedade pautada por relações horizontais em que os atores políticos possuem autonomia para participar de maneira qualificada dos processos decisórios.

O segundo tema abordado nesta seção diz respeito à hierarquia social. Certa visão de sociedade hierarquizada, em que cada grupo social possui seu lugar, atribuições e direitos, em uma estrutura rígida, tal como descrita por pensadores clássicos como Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, Vitor Nunes Leal e tantos, é também bastante recorrente na cultura política nacional. Tal concepção acerca da organização social não pode ser vista como favorável ao desenvolvimento de relações pautadas pela horizontalidade, também um ideal normativo basilar para a construção de democracias.

A verificação da postura dos pesquisados em

relação a esse tema é de fundamental importância para nossa análise. Tendo isso em mente, solicitamos a eles que expressassem o seu grau de concordância em relação às seguintes afirmações: 1) *A melhor sociedade é aquela em que cada um sabe seu lugar*; 2) *sem hierarquias bem definidas, ordem alguma se sustenta*.

Os resultados obtidos são apresentados abaixo (Tabela 4) e indicam a presença entre o grupo de certa concepção hierarquizada de sociedade, pouco congruente com o princípio da horizontalidade e possibilidade de mobilidade, inerentes a um ideal normativo de democracia.

Tabela 4. Hierarquia social.

Item	Grau de concordância (%)			
	Concorda muito	Concorda	Discorda	Discorda muito
A melhor sociedade é aquela em que cada um sabe seu lugar	5,8	76,8	15,9	1,4
Sem hierarquias bem definidas, ordem alguma se sustenta.	5,8	82,6	11,6	0

Fonte: Grupo de pesquisas “Cultura política e democracia”, UEM.

Podemos depreender, a partir desses dados, certo “ranço” hierárquico que ainda permeia as nossas relações sociais, o que vem reforçar a afirmação de Da Matta (1983: 141) segundo o qual “(...) a sociedade brasileira parece ser avessa ao conflito”, entendido como antinatural, embaraçoso, irregular e desarmonioso, revolta que deve ser reprimida. De maneira bastante incisiva, esse antropólogo constata que “ (...) concebemos os conflitos como presságios do fim do mundo, e como fraquezas - o que torna difícil admiti-los como parte de nossa história (...)”. Parece-nos que a grande dificuldade é compreender o conflito como produto da dialética da vida social. Convivemos, em algumas esferas da sociedade brasileira, ora com comportamentos e orientações pautados em relações de pessoalidade, ora com o sistema legal-racional.

Como terceiro tema da seção, apresentamos a posição dos candidatos em relação a uma característica fundamental de regimes poliárquicos: o conflito. A pluralidade de idéias e de projetos e a conseqüente competição política e eleitoral são dimensões fundamentais de uma democracia e é justamente esse conflito institucionalizado que possibilita a sua vitalidade. As liberdades civis e políticas são o combustível fundamental para essa dinâmica que torna tal forma de governo dinâmica e aberta a alterações.

Uma postura favorável aos conflitos políticos e sociais, desde que regulamentados, é fundamental para a caracterização de uma cultura política congruente com o desenvolvimento democrático. O inverso disso, ou seja, uma defesa da unidade e do consenso absoluto é algo próprio de formações políticas de caráter autoritário, em que uma elite

dominante, por meio da negação das diferenças, impõe seu projeto único.

Tratando desse tema, solicitamos que os entrevistados manifestassem seu grau de concordância em relação às afirmações: 1) Os conflitos políticos normalmente resultam em prejuízo para a coletividade; 2) O conflito entre grupos sociais não é prejudicial ao interesse geral do país.

Em relação à primeira, encontramos um percentual acumulado de 89,9% entre as opções “concorda” e “concorda muito”, o que indica uma acentuada rejeição aos conflitos políticos. Essa posição é corroborada com as respostas diante da segunda afirmação, uma vez que, 72,5% dos pesquisados escolheram as opções “discorda muito” ou “discorda”.

Por fim, é também bastante relevante investigar a posição do grupo em relação a outro princípio democrático fundamental: a transparência. Como apontam Power e Gonzáles (2003), freqüentemente a generalização da democracia pelo globo tem sido acompanhada da crença de que a transparência na condução dos assuntos públicos aumenta a partir da implantação e da consolidação dessa forma de governo. Essa esperança, entretanto, não parece estar se confirmando, pois, como demonstram estudos recentes, países que passaram por transições democráticas não tiveram melhoria nos seus indicadores sobre corrupção. Nos países ex-comunistas, a corrupção chegou até mesmo a aumentar após a democratização (Hessel e Murphy, 2000).

Esse quadro, entretanto, não muda o fato de que a transparência e o repúdio às práticas desonestas e corruptas na condução dos assuntos públicos são princípios basilares do sistema democrático. Nesse sentido, apresentamos agora um conjunto de dados que diz respeito à posição dos pesquisados acerca da corrupção e da desonestidade política.

Assim como em momentos anteriores, construímos um fator de aceitação à desonestidade política a partir da identificação do grau de concordância dos membros do grupo em relação às afirmações: 1) Um bom político nem sempre pode cumprir a lei plenamente; 2) mais que ser honesto, um bom político deve realizar obras e benfeitorias para a população. Como podemos identificar na Figura 5, a tendência de concentração ocorre na parte positiva da escala, o que indica que a maioria das lideranças aceita, em alguma medida, práticas desonestas e corruptas praticadas nas atividades políticas. Não se faz necessário destacar o quanto tal tolerância é negativa para o desenvolvimento do sistema democrático brasileiro, em especial quando é constatada junto a um grupo de candidatos a cargos legislativos.

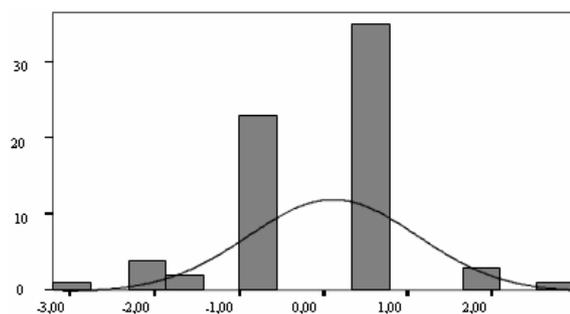


Figura 5. Fator da tolerância à desonestidade na política.

É interessante notar que esse fator está correlacionado com algumas variáveis relevantes. A primeira delas é a escolaridade, com correlação negativa moderada de -0,28, o que indica que, quanto maior a escolarização dos candidatos, menor é a sua tolerância em relação a tais práticas.

A segunda correlação aparece em relação à *nostalgia da ditadura*, analisada na seção anterior. Nesse caso, verificamos uma correlação positiva moderada de 0,32, que conduz à conclusão de que os mais tolerantes a práticas desonestas são os que nutrem algum sentimento nostálgico em relação ao período em que os militares estavam no poder.

Finalmente, também se verifica uma correlação positiva de 0,30 entre esse fator de tolerância e a avaliação acerca da capacidade da população para votar, discutida no início desta seção. Nesse caso, podemos afirmar que, quanto mais negativa é essa avaliação, maior é a aceitação das práticas que contrariam o princípio da transparência.

Por meio da análise do conjunto das questões abordadas nesta seção, somos levados a identificar que os valores dos membros do grupo pesquisado são predominantemente incongruentes com um ideal democrático maximalista. Elitismo, visão hierárquica da organização social, rejeição do conflito e tolerância a práticas contrárias ao princípio da transparência nos assuntos públicos são elementos identificados entre eles, o que nos conduz a uma conclusão preocupante.

Conclusão

Na segunda seção deste artigo, afirmamos que a contradição entre a adesão abstrata à forma de governo democrática e a baixa satisfação com seu efetivo funcionamento, inclusive com uma desconfiança generalizada em relação às suas instituições concretas fundamentais, poderia ser interpretada de duas maneiras distintas: 1) como sinal de crise de legitimidade da democracia ou 2) como manifestação de descontentamento em relação à forma como está sendo implantada pelas elites e desejo de aprofundamento dos seus princípios.

Também defendemos anteriormente que a

definição da explicação mais plausível só poderia se dar com a análise de um novo conjunto de dados, pois seria necessário identificar um conjunto de valores não estritamente políticos e vinculados a instituições. Com esse procedimento, defendemos que seja possível verificar a consistência da adesão democrática na sua dimensão abstrata.

Foi esse o objetivo da terceira seção e, como foi possível verificar, o grupo em questão não parece possuir uma postura consistentemente democrática. Apesar de preferir a democracia a qualquer outra forma de governo, quando são questionados sobre valores fundamentais dessa forma de governo, a sua postura se mostra incongruente com um modelo democrático substantivo ou maximalista. É claro que, sob o ponto de vista meramente instrumental ou minimalista, tal posição não seria entendida como negativa ou preocupante. No entanto, se o objetivo é analisar o potencial de aprofundamento democrático a partir da análise da cultura política de suas lideranças, a situação muda radicalmente.

Se, sob o ponto de vista institucional, a consolidação democrática parece caminhar relativamente bem, à medida que pode ser identificado um consenso sobre sua superioridade em relação a outras formas, no que diz respeito aos seus conteúdos normativos, um caminho longo ainda precisa ser trilhado.

Referências

- ALMOND, G. The intellectual history of the civic culture concept. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (Org.). *The civic culture revisited*. London: Sage, 1989.
- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. New York: Sage, 1989.
- ALVAREZ, S. et al. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização. *Rev. Bras. Cienc. Soc./ANPOCS*, n. 28, Dumará, São Paulo, 1995. (versão em CD-Rom)
- BAQUERO, M. Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira. In: PERISSINOTTO, R.M.; FUKS, M. (Org.). *Democracia: teoria e prática*. Curitiba: Relume Dumará/Fundação Araucária, 2002.
- BORÓN, A.A. Estadolatria e teorias 'estadocêntricas' (notas sobre algumas análises do Estado no capitalismo contemporâneo). In: BORÓN, A.A. (Ed.). *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Trad. Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CAI apoio à democracia no Brasil e restante da América Latina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 out. 2005. Folha Online Brasil. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73572.shtml>>. Acesso em: 01 nov. 2005.
- CARVALHO, J.M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Rev. Bras. Cienc. Soc.*, São Paulo, v. 13, n. 38, 1999. (versão CD-Rom)
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1983.
- DAHL, R. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- EASTON, D. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FLEISCHER, D. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). *Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 80-105, 2002.
- HESSEL, M.; MURPHY, K. *Stealing the State, and Everything Else: A Survey of Corruption in the Postcommunist World*. London: The Transparency International Centre for Innovation and Research, 2000. http://www.transparency.org/working_papers/hessel. Acesso em: jun. 2005.
- INGLEHART, R. The renaissance of Political Culture. *Am. Polit. Sci. Rev.*, New York, v. 82, p. 1203-1230, 1988.
- LAMOUNIER, B. Democracia e Reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. *Dados - Rev. Cienc. Soc.*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, 1991. (versão em CD-Rom)
- LIPSET, M.S. The social requisites of democracy revisited. *Am. Soc. Rev.*, Washington, D.C, v. 59, p. 1-22, 1994.
- MOISÉS, J.A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.
- O'DONNELL, G. Hiatos, continuidades e perspectivas democráticas. In: REIS, F.V.; O'DONNELL, G. (Org.). *A democracia no Brasil, dilema e perspectiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1988.
- O'DONNELL, G. et al. *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.
- PAIVA, D. et al. As percepções sobre democracia, cidadania e direitos. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 368-376, 2004.
- POWER, T.J.; GONZALEZ, J. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. *Rev. Soc. Pol.*, Curitiba, n. 21, p. 51-69, 2003.
- POWER, T.J.; JAMISON, G.D. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 64-93, 2005.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- REIS, E.P. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do "familismo amoroso" de Banfield". *Rev. Bras. Cienc. Soc.*, São Paulo, n. 29, p. 35-48, 1995.
- RENNÓ, L. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-91, 1998.
- RENNO, L.R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas v. 7, n. 1, p. 33-59, 2001.
- RIBEIRO, E.A. Cultura política e teoria da democracia:

implicações empíricas de um debate teórico. *Rev. Med.*, Londrina, v. 7, n. 1, p. 113-139, 2002.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Rev. Bras. Cienc. Soc.*, São Paulo, n. 25, p. 26-37, 1994.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo, democracia*.

Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

Received on April 16, 2005.

Accepted on December 09, 2005.